



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
ESTADO DA BAHIA

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA ELEITORAL – 192ª ZONA

Procedimento Administrativo nº 02/1010

### Recomendação Eleitoral 02/2020

O **Ministério Público Eleitoral**, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93,

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo, para tanto, proceder ao acompanhamento de todas as fases do processo eleitoral, nos termos do art. 72 da Lei Complementar Federal n. 75/93;

**CONSIDERANDO** que a Carta Magna disciplina em seu artigo 196 que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;

**CONSIDERANDO** que, em 30.1.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo Coronavírus



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
ESTADO DA BAHIA**

(SARS-COV-2), causador da COVID-19, constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII);

**CONSIDERANDO** que o Ministério da Saúde, em 03.02.2020, através da Portaria GM/MS nº 188/2020, nos termos do Decreto 7.616/2011, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional”, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, demandando o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

**CONSIDERANDO** que, em 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia para o Coronavírus;

**CONSIDERANDO** que até a presente data, o Governador do Estado, autoridade sanitária no âmbito da Unidade Federativa da Bahia, editou várias normas voltadas ao enfrentamento da pandemia do coronavírus, inclusive com declaração de situação de emergência;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 3º, III-A, 3º-A e seguintes da Lei Federal nº 13.979/2020, com alterações da Lei 14.019/20, é obrigatória a utilização de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, entre outros;

**CONSIDERANDO** que, apesar da retomada de várias atividades, a pandemia de coronavírus persiste, devendo ser observadas as recomendações sanitárias, inclusive quanto a evitar situações de aglomeração e à manutenção da distância segura entre as pessoas em lugares públicos e de convívio social, conforme determina a Portaria nº 1.565, de 18 de junho de 2020, do Ministério da Saúde;

**CONSIDERANDO** os termos da Lei Estadual nº 14.261, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras pelas pessoas



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
ESTADO DA BAHIA**

em circulação externa, bem como no trânsito, nos municípios em que estão em vigor os Decretos Legislativos de Reconhecimento de Estado de Calamidade Pública aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e que tenham confirmado caso de COVID-19;

**CONSIDERANDO** que nos termos do art. 9º, I do Decreto Estadual nº 19.586/2020, com alterações posteriores, ficam suspensos em todo o território do Estado da Bahia os eventos e atividades com a presença de público superior a 100 (cem) pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvam aglomeração de pessoas;

**CONSIDERANDO** a urgente necessidade de cumprimento das normas sanitárias a fim de salvaguardar a saúde humana e evitar maior propagação do Coronavírus nos Municípios de Conceição do Jacuípe e Amélia Rodrigues;

**CONSIDERANDO** ser atribuição legal do Ministério Público expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, nos termos do art. 6º, inciso XX da LC 75/93;

**CONSIDERANDO** que as recomendações do Ministério Público são instrumento de orientação que visa a antecipar-se ao cometimento de ilícito e a evitar imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes em candidaturas,

**RESOLVE** expedir a presente **RECOMENDAÇÃO**, nos seguintes termos:



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
ESTADO DA BAHIA**

1. **Aos pretensos candidatos** nos municípios de Conceição do Jacuípe e Amélia Rodrigues que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

- a) que cumpram a Lei Federal 13.979/2020, a Portaria 1.565 do Ministério da Saúde, Lei Estadual 14.261 e Decretos do Governo do Estado da Bahia e das respectivas Prefeituras e utilizem, necessariamente, máscaras de proteção nas vias públicas dos Municípios e não façam aglomerações;
- b) que os atos de propaganda eleitoral de natureza externa ou intrapartidária que gerem aglomeração de pessoas (como comícios, carreatas, passeatas, caminhadas, reuniões, confraternizações) atendam às normas vigentes em razão da pandemia decorrente do Covid-19, dentre as quais, a título de exemplo, o limite de pessoas concentradas no mesmo ambiente, observando a necessidade de verificação do distanciamento social, além do uso obrigatório de máscaras pelos participantes e a necessária advertência neste sentido, podendo a Justiça Eleitoral, no seu exercício do poder de polícia administrativo, inibir às práticas que contrariem as referidas normas sanitárias.

2. **Às Prefeituras** de Conceição do Jacuípe e Amélia Rodrigues:

- a) que orientem toda a equipe de fiscalização do Município para, de forma diária e permanente, fiscalizar, orientar e tomar as medidas de condução à Delegacia dos pretensos candidatos para lavratura de procedimento investigatório por descumprimento ao artigo 268 do Código Penal, daqueles que não estiverem cumprindo os termos dos Decretos Estadual e Municipais, no que pertine à utilização de



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
ESTADO DA BAHIA**

máscaras de proteção nas vias públicas e locais de acesso ao público, bem como proibição de aglomerações;

- b) providencie carros de som para que, diariamente, seja informado à população sobre a necessidade do uso de máscaras e proibição de aglomerações.

3. **Às Vigilâncias Sanitárias** dos municípios de Conceição de Jacuípe e Amélia Rodrigues que orientem toda a equipe de fiscalização da Vigilância Sanitária, de forma diária e permanente, fiscalizar, orientar e notificar os pretensos candidatos que não estiverem cumprindo os termos dos Decretos Estadual e Municipais, no que pertine à utilização de máscaras de proteção e proibição de aglomerações.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: **a)** a todos os representantes dos Partidos Políticos com representatividade nos municípios de Conceição do Jacuípe e Amélia Rodrigues; **b)** ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; **c)** à Câmara de Vereadores; **d)** à Prefeitura Municipal; **e)** à Vigilância Sanitária e **f)** à imprensa local para divulgação.

Publique-se. Cumpra-se.

Conceição do Jacuípe, 27 de setembro de 2020.

**RUDÁ FIGUEIREDO**  
Promotor de Justiça Eleitoral